

RELAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PROJOVEM URBANO

RELATIONS BETWEEN THE PUBLIC AND PRIVATE IN THE PROCESS OF ELABORATING AND IMPLEMENTATION
THE URBAN PROJOVEM

RELACIONES ENTRE LO PÚBLICO Y LO PRIVADO EN EL PROCESO DE ELABORACIÓN E IMPLEMENTACIÓN DEL
PROJOVEM URBANO

Daniela de Oliveira Pires¹

<https://orcid.org/0000-0002-6671-9195>

Adriano Pires de Almeida²

<https://orcid.org/0000-0002-5787-4839>

Resumo: O artigo objetiva analisar as relações entre o público e o privado no processo de elaboração do ProJovem Urbano entre os anos de 2008 a 2014. O foco do estudo é compreender as mudanças na reconfiguração do papel do Estado, a partir do direito da juventude à formação educacional, materializado por meio de políticas públicas sociais educacionais e as contradições entre as propostas dos sujeitos públicos e privados na elaboração do Programa. Para análise, a partir do método materialista histórico-dialético, busca-se compreender as redefinições do papel do Estado, no contexto da crise estrutural do capitalismo desde 2008. As reflexões, realizadas pelo estudo de fontes documental e bibliográfica, sites de instituições do poder público e de organizações privadas, revelam que o Programa foi desenvolvido por meio das parcerias entre o governo brasileiro com os organismos internacionais, sob a influência de setores privados e movimentos sociais, sendo modificado através dos arranjos institucionais.

Palavras-chave: ProJovem Urbano. Juventude. Público-privado.

Abstract: The article aims to analyze the relations between public and private in the process of elaboration of Urban ProJovem between 2008 and 2014. For analysis, from the historical materialist method, we seek to understand and redefine the role of the State in the context about the new capitalism crisis. The reflections, carried out from the analysis of documentary and bibliographic sources, sites of the public power institutions and private organizations, reveal that the program was developed through partnerships between the Brazilian government and international organisms, about influence of private sectors and social movements and was modified through institutional arrangements. The focus of this article is to analyze these changes, from the youth law materialized in social policies and the contradictions between public and private subjects in elaboration of the Program.

Keywords: Urban ProJovem. Youth. Public-private.

Resumen: El artículo tiene por objetivo analizar las relaciones entre el público y el privado en el proceso de elaboración del ProJoven Urbano entre 2008 y 2014. Para análisis, desde el método materialista histórico, buscamos comprender la redefinición del papel del Estado, en el contexto de la nueva crisis estructural del capitalismo. Las

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal do Paraná (UFPR), no Setor de Educação/Departamento de Administração e Planejamento Escolar (DEPLAE/NUPE). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Grupo de Pesquisa, GPRPPE (Grupo de Pesquisa: Relações entre o Público e o Privado na Educação) (PPGEDU/UFRGS), da Rede Latino-Americana e Africana em privatização da educação e do Núcleo de Políticas Educacionais (NUPE/UFPR). Vice editora do Jornal de Políticas Educacionais (JPE).

² Professor da rede pública estadual do estado do Rio Grande do Sul e doutorando Programa de Pós-Graduação em Educação - Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FACED/UFRGS).

reflexiones, hechas a partir del análisis de fuentes documental y bibliográfica, sitios web de instituciones del poder público y de organizaciones privadas, muestran que el Programa fue desarrollado por medio de asociaciones entre el gobierno brasileño con los organismos internacionales, bajo influencia de sectores privados y movimientos sociales y fue cambiado a través de arreglo institucional. El foco de este artículo es analizar estos cambios, a partir del derecho de la juventud materializado en políticas sociales y las contradicciones entre los sujetos públicos y privados en la elaboración del Programa.

Palabras clave: ProJovem Urbano. La juventud. Pública-privada.

Introdução

O objetivo do artigo é analisar as relações entre o público e o privado no processo de elaboração do ProJovem Urbano entre 2008 e 2014. O ponto de partida para nossa reflexão foi o seguinte questionamento: quais foram os projetos em disputa no processo de elaboração desse Programa? A análise concentrou-se nas parcerias entre os governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014) e os organismos internacionais, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a formulação do ProJovem Urbano no âmbito das políticas de juventude.

Do ponto de vista teórico-metodológico, nos pautamos em algumas categorias e conceitos, como as redefinições do papel do Estado (PERONI, 2015), o entendimento do movimento da correlação de forças (GRAMSCI, 1982), de sujeitos em relação (THOMPSON, 1981) e a relação entre o singular e universal mediada pelo particular (LUKÁCS, 1978), situada em um contexto histórico e geográfico específico (HARVEY, 2008). Do mesmo modo, consideramos a concepção de juventude (ABRAMO, 2005) e a compreensão da democracia como a materialização de direitos por meio de políticas públicas sociais, da igualdade social, da ampliação dos espaços de participação social, intermediada por projetos societários

distintos e na autocrítica da prática social (PERONI, 2015).

No presente estudo, inicialmente abordaremos a trajetória das principais políticas públicas de juventude dos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff na perspectiva do novo-desenvolvimentismo (BRESSER PEREIRA, 2006; CASTELO-BRANCO, 2009), a fim de compreender o contexto de elaboração do ProJovem. Em seguida, analisaremos os projetos em disputa entre o setor empresarial e os movimentos e organizações juvenis, bem como os recursos financeiros para desenvolver as ações. Por fim, apresentaremos, as propostas dos organismos internacionais para as políticas de juventude e as parcerias realizadas entre o governo federal e estas instituições no acompanhamento do Programa e as considerações finais.

As Políticas de Juventude na perspectiva do novo-desenvolvimentismo

Ao analisar as relações entre o público e o privado, no processo de elaboração do ProJovem Urbano entre 2008 e 2014, é preciso considerar as influências da atual crise estrutural do capital desde os anos 2008 e a consequente atuação do Estado e da sociedade civil, evidenciando, com isso, os diferentes projetos societários em disputa, permeados que estão pelos interesses das classes sociais em correlação.

Segundo Mészáros (2011, p. 17), a crise estrutural do capitalismo “[...] vai se tornar a

certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”. Ainda sobre o contexto da atual de crise do capitalismo, Peroni (2015) salienta que, especialmente durante a década de 1980, foram implantadas estratégias de superação tais como: neoliberalismo, globalização, reestruturação produtiva e terceira via. Sendo assim, o atual momento particular do capitalismo possui características específicas, a lógica mercantil (privado), o parâmetro de qualidade e o diagnóstico de que o culpado pela crise (diminuição das taxas de lucro dos capitalistas) é o Estado (público), que interveio excessivamente na economia (Desenvolvimentismo) ou gastou demais com as políticas sociais (*Welfare State*) e, agora, deve implementar reformas com o propósito de racionalização de recursos e diminuição do poder das instituições públicas.

Nesse sentido, a relação entre o público e o privado na educação faz parte de um contexto histórico marcado por um processo de correlações de forças contraditório, pois, ao mesmo tempo em que durante a década de 1980 têm-se as lutas pela democratização da sociedade e da educação, percebemos nas décadas seguintes um processo de redefinição do papel do Estado, com consequências para a materialização dos direitos por meio das políticas públicas sociais (PERONI, 2015). As correlações de forças na sociedade são mediadas pelas disputas entre as classes nas quais sujeitos individuais e coletivos experimentam situações e relações produtivas como necessidades e interesses, como antagonistas. Conforme Thompson:

Não podemos falar de classes sem que as pessoas, diante de outros grupos, por meio de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural) entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem suas relações de classe, herdadas, já existentes (THOMPSON, 2012, p. 260).

Nessa disputa entre as classes, numa sociedade democrática, a participação dos indivíduos é fundamental para assegurar direitos. Conforme Vieira (2007, p. 134):

Sociedade democrática é aquela na qual ocorre real participação de todos os indivíduos nos mecanismos de controle das decisões, havendo, portanto, real participação deles nos rendimentos da produção. Participar dos rendimentos da produção envolve não só mecanismos de distribuição da renda, mas, sobretudo níveis crescentes de coletivização das decisões principalmente nas diversas formas de produção.

Dessa forma, a luta por direitos sociais, por meio da coletivização das decisões, tem por objetivo a igualdade social. Esse processo de luta por direitos materializa-se nas políticas, tendo o poder público, ou seja, o Estado, como garantidor (PERONI, 2015). As parcerias entre os organismos internacionais e o governo federal para a formulação das políticas sociais para a juventude no período de 2008 e 2014, especialmente relacionadas ao ProJovem Urbano, revelam contradições e avanços sociais.

Nas gestões dos governos petistas (Partido dos Trabalhadores - PT), sob a estratégia de um novo modelo econômico e

social para o País, denominado como novo-desenvolvimentismo, o Estado desempenhou um papel regulador das atividades econômicas e, ao mesmo tempo, buscou atender as questões sociais, seja pela promoção direta ou através das parcerias público-privadas. Conforme Castelo-Branco (2009):

O principal objetivo dos novo-desenvolvimentistas é delinear um projeto nacional de crescimento econômico combinado a uma melhora substancial nos padrões distributivos do país. A consecução deste objetivo passa, necessariamente, por um determinado padrão de intervenção do Estado na economia e na 'questão social', principalmente no tocante à redução da incerteza inerente às economias capitalistas (CASTELO-BRANCO, 2009, p. 75).

Nesse aspecto os governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff retomaram o planejamento estratégico como instrumento dos investimentos públicos e de coordenação com o setor privado. Essa aliança entre o capital e o trabalho fortaleceu as empresas e instituições financeiras públicas, recuperou a política industrial como vetor de orientação e aumentou o investimento público nas grandes obras de infraestrutura. O conceito de novo-desenvolvimentismo, portanto, nos oferece elementos para entender o recente período de desenvolvimento brasileiro. Para Bresser Pereira (2006, p. 18), “[...] as instituições devem garantir a propriedade e os contratos ou, mais amplamente, o bom funcionamento dos mercados”.

Considerando que a estratégia do novo-desenvolvimentismo no Brasil foi permeada pela contradição entre a busca

pela estabilidade econômica em benefício do mercado e alguns avanços sociais, a seguir abordaremos as políticas para a juventude aqueles governos.

A trajetória das políticas de juventude nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, empossado em janeiro de 2003, herdou alguns desafios importantes e de difícil equacionamento, ou seja, não só precisava contribuir efetivamente para a construção de um modo diverso de inserção dos jovens na sociedade brasileira, sob a forma de políticas públicas sociais democráticas que assegurassem o cumprimento de direitos historicamente negados (educação, saúde e trabalho), como precisava se mostrar capaz de construir outras modalidades de ação que contemplassem os novos direitos da juventude. Porém, o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) também estava inserido num campo de disputa de orientações. Nesse contexto, a partir da estratégia do novo-desenvolvimentismo, estavam sendo desenhadas estratégias de conciliar os interesses das classes sociais.

Em relação à política nacional da juventude, o seu início foi marcado pelo Projeto Juventude, do Instituto Cidadania (atualmente Instituto Lula), que realizou uma série de levantamentos, debates e pesquisas sobre a situação da juventude no Brasil, entre 2003 e 2004.

No segundo ano da gestão Lula, foi criado o Grupo Interministerial de Juventude, encarregado de definir uma Política Nacional Integrada de Juventude. O grupo, formado por representantes de 19 ministérios e secretarias especiais, mapeou dados sobre as condições em que viviam os jovens

brasileiros, os programas federais voltados para eles, os desafios para a construção de uma política nacional de juventude e elaborou recomendações para a elaboração dessa política (BRASIL, 2009).

Como resultado, o governo apresentou, em 2005, as suas primeiras ações de construção do embrião de uma política nacional de juventude: a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem (BRASIL, 2005a; 2005b). A SNJ passou a ser o órgão do governo federal responsável por promover a integração de todas as ações, tendo como foco o público jovem. Ela também se tornou a principal referência governamental no que diz respeito à juventude, tanto na interlocução com a sociedade civil (movimentos, ONGs, grupos juvenis etc.) quanto no trabalho conjunto entre os ministérios e secretarias, visando à criação de demais programas e ações (BRASIL, 2009).

O Conjuve foi composto por 60 conselheiros, sendo que 20 foram indicados pelo poder público – Ministérios, Fórum de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude, Frente Parlamentar de Juventude da Câmara dos Deputados e o Fórum de Gestores Municipais de Juventude – e 40 foram eleitos em assembleia pela sociedade civil – membros de organizações juvenis de representação nacional, ONGs, redes e movimentos (BRASIL, 2009).

A composição do Conjuve contou com representantes da sociedade civil, desde ONGs (como o Instituto Ayrton Senna), movimentos estudantis (como a União Nacional dos Estudantes – UNE, dentre outros), grupos culturais (como Hip Hop), instituições religiosas (como Pastoral da Juventude - PJ - Igreja Católica), centrais

sindicais de trabalhadores (como a Central Única dos Trabalhadores - CUT), até federações empresariais (Confederação Nacional dos Jovens Empresários - CONAJE) (BRASIL, 2009). Com base na perspectiva do *novo-desenvolvimentismo*, essa composição do Conjuve revelava a estratégia de conciliação de classes de colocar vários sujeitos numa mesma mesa de negociação para formar pactos em torno das políticas de juventude.

O ProJovem foi concebido pela SNJ com a finalidade de articular programas e ações voltados para o desenvolvimento integral do jovem brasileiro, especialmente aqueles direcionados aos jovens de baixa renda (per capita de até um salário mínimo mensal) e em situação de vulnerabilidade (desprovido de acesso à educação, saúde, alimentação saudável, moradia digna, cultura, esporte, lazer). A intenção do governo era promover a transferência de renda e ações voltadas ao aumento dos índices de alfabetização, escolaridade e qualificação profissional (BRASIL, 2009).

O ProJovem surgiu como uma intervenção de caráter emergencial, destinado a atender parcela significativa dos jovens com baixo perfil socioeconômico e com necessidade de retomar a trajetória escolar e prosseguir nos estudos. Assumindo um caráter experimental, sua proposta curricular buscou articular o Ensino Fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária. A proposta visava a formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação (BRASIL, 2009).

A SNJ também articulou com outros ministérios a integração de programas de juventude, que resultou, em 2008, na unificação de seis programas já existentes. Todos voltados para a juventude (Agente

Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica), transformaram-se em um único programa, denominado Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Esse novo programa estava subdividido em quatro modalidades: ProJovem Urbano, ProJovem Adolescente, ProJovem Campo e ProJovem Trabalhador, os quais são de responsabilidade da SNJ, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Ministério da Educação e do Ministério do Trabalho e Emprego, respectivamente (BRASIL, 2008a).

Consideramos que essas políticas, ao perder o princípio universalista, se caracterizam focalizadas³, pois se voltam especificamente para setores que apresentam as características de vulnerabilidade, risco ou transgressão – normalmente, os grupos visados que se encontram na juventude urbana, rural e pobre. De forma geral, as iniciativas voltadas para a inclusão de jovens além de pontuais foram também precarizadas, à medida que foram transferidas as competências (para instituições públicas e privadas) sem os recursos correspondentes e necessários para a sua execução (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2018).

Outra importante ação do Conjuve foi a condução da 1ª Conferência Nacional de Juventude (BRASIL, 2017), ocorrida entre os dias 27 e 30 de abril de 2008. Os debates preparatórios envolveram mais de 400 mil participantes em 1.579 etapas, distribuídos entre conferências estaduais, regionais,

municipais e livres, que elegeram dois mil delegados para a etapa nacional (BRASIL, 2009). Uma das conquistas advindas do Conjuve foi a elaboração do marco legal, através da aprovação no Congresso Federal, da Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010 (BRASIL, 2013a), ao incluir na Constituição do Brasil os jovens com direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de enfrentar toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 2010).

No período de 2003 a 2010, foram identificados importantes avanços no conjunto das políticas públicas voltadas para a juventude, sobretudo na tentativa de traçar novos desenhos e na constituição de um arranjo institucional específico. No entanto, também foram permeadas tais políticas por tensionamentos sociais na disputa pelo conteúdo das iniciativas, bem como dos recursos financeiros para desenvolver essas ações. Diante dessas disputas, em 2011, no início do governo da presidenta Dilma Rousseff, por meio do Decreto nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011, a coordenação do ProJovem Urbano passou a ser responsabilidade do Ministério da Educação. Conforme consta no seu Art. 1º:

O ProJovem Adolescente - Serviço Socioeducativo será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o ProJovem Urbano e o ProJovem Campo - Saberes da Terra pelo Ministério da Educação, e o ProJovem Trabalhador pelo Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2011).

³ Conforme Montañó (2002, p. 191), a caracterização se configura desta forma: “Por sua vez, essas políticas sociais estatais são focalizadas, isto é, dirigidas exclusivamente aos setores portadores de carecimentos pontuais, com necessidades básicas insatisfeitas”.

A decisão de transferir o ProJovem Urbano para o Ministério da Educação tinha a intenção de ampliar a escala do programa às políticas educacionais para os jovens. Nesse mesmo ano, com o lema “Conquistar direitos, desenvolver o Brasil”, a 2ª Conferência Nacional de Juventude reuniu dois mil delegados eleitos em mais de mil municípios de todos os 27 estados da federação, nos quais foram realizadas mais de 1.500 conferências territoriais, municipais e estaduais, além das conferências livres, virtuais, da consulta aos povos e comunidades tradicionais, ampliando o diálogo entre governos e sociedade civil (BRASIL, 2015a). Em junho e julho de 2013, a juventude foi às ruas para se manifestar em favor das políticas públicas para jovens. As demandas variaram nas diferentes regiões do País e as principais reivindicações envolviam: mais e melhor transporte urbano, educação e saúde.

Além disso, as manifestações revelaram uma forte preocupação com a violência que mata uma parcela importante da juventude negra brasileira. No Brasil, na forma equivalente a um país em guerra, há um número inaceitável de óbitos de jovens tratando-se de um problema que tem idade, cor e etnia. Em 2012, morreram 56.337 pessoas vítimas de homicídio, sendo 30.072 jovens – 53,4% do total. Desses jovens, 71,5% eram negros e 93,4% eram do sexo masculino (BRASIL, 2015b).

Apesar do aumento da inserção e da formalidade no emprego, outra questão reivindicada pelos jovens referia-se à qualidade e estabilidade do emprego. Esses ainda são problemas particularmente graves para esse segmento populacional, em especial para os jovens de mais baixa renda e escolaridade: as mulheres, os negros e os moradores de áreas urbanas metropolitanas.

A taxa de desemprego, entre 15 a 29 anos de idade, em 2013, era de 14,5 % (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2018, p. 64), sendo 25,5% entre 15 e 17 anos, 16,4% entre 18 a 24 anos e 8,4% entre 25 a 29 anos (CORSEUIL; POLOPONSKY; FRANCA, 2018, p. 67).

Dentre essa juventude trabalhadora, as jovens mulheres estão em postos mais precários e enfrentam maior dificuldade em conciliar estudo e trabalho. Uma das razões é que o número de jovens mulheres com filhos é muito maior do que o de jovens homens, em todas as faixas etárias. Recai de forma mais evidente sobre as jovens a responsabilidade dos filhos nessa fase da vida, impactando a inserção delas no mercado de trabalho e a continuidade dos seus estudos. Ressalta-se que as mulheres representam a maioria dentre os que não estudam e nem trabalham, inclusive nas faixas etárias mais altas (BRASIL, 2015b).

O crescimento do tema na agenda pública, especialmente a partir das manifestações de junho de 2013, e do crescente debate sobre o tema da violência, resultou na aproximação direta da Presidenta da República com os movimentos e organizações juvenis, materializada em quatro reuniões com um conjunto de organizações, o MPL (Movimento Passe Livre) até as centrais sindicais, movimentos rurais, estudantil, juventudes partidárias, redes e fóruns (BRASIL, 2015a). Junto com essa aproximação entre governo e organizações juvenis foi associada a aprovação do Estatuto da Juventude, a Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013 (BRASIL, 2013b), ao dispor sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude, importante marco legal para os jovens com idade entre 15 e 29 anos de idade. A ressalva é que,

àqueles com idade entre 15 e 18 anos, aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), e, excepcionalmente, o Estatuto da Juventude, quando não conflitar com as normas de proteção do adolescente (BRASIL, 2013b).

Apesar das conquistas por direitos e políticas públicas para a juventude, no entanto, também é possível identificar os limites e as contradições das políticas dos governos Lula e Dilma, principalmente quando se observam as parcerias com setores privados e a influência dos organismos internacionais para a sua elaboração, conforme analisaremos a seguir.

A disputa entre os sujeitos públicos e privados na elaboração do ProJovem Urbano

A elaboração das políticas de juventude no Brasil, no período de 2008 a 2014, revelou a disputa entre projetos societários distintos (PERONI, 2015), com destaque para alguns sujeitos da sociedade civil que representam interesses opostos. Assim, por um lado, a Confederação Nacional de Jovens Empresariais (CONAJE) e o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), e, por outro, o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis. A Conferência Nacional de Jovens Empresários (Conaje), com atuação e representação em 26 estados brasileiros, é uma entidade sem fins lucrativos que atua desde o ano 2000 no fomento ao empreendedorismo, fortalecimento, criação e manutenção de novas empresas – principalmente geridas por jovens, na articulação e divulgação de “práticas”, consideradas pela entidade capazes de fortalecer a disseminação de novos negócios no Brasil. Por meio de parcerias, a Conaje trabalha também para o

estabelecimento de políticas públicas e práticas institucionais que incluam os micros e pequenos empreendedores nas estratégias de desenvolvimento do País.

Segundo informações do site da Conaje (2018), mais de 36 mil jovens empresários e empreendedores relacionam-se direta e indiretamente com a instituição e, com o apoio dos núcleos estaduais e locais, desenvolvem ações, como o Feirão do Imposto, Conaje Capacita, Congresso Nacional de Jovens Empreendedores, Líderes Estaduais, Conaje Agro, Semana Global de Empreendedorismo, Café Político e Minha Primeira Empresa.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) do governo federal é um grande incentivador de ações e projetos da Conaje, participando efetivamente do Congresso Nacional de Jovens Lideranças Empresariais, realizado anualmente, e abrindo portas para que a Confederação possa atuar como parceira em projetos de capacitação de jovens empreendedores em todos os estados do Brasil.

A Endeavor (2018) é uma organização global sem fins lucrativos que identifica e viabiliza a continuidade dos negócios de empreendedores. Com a finalidade de “[...] apoiar os empreendedores para acelerar o crescimento de suas empresas e formar uma nova geração de exemplos para o Brasil”, realiza a Semana Global do Empreendedorismo, contando com a Conaje uma grande parceira para disseminar e realizar esse evento em todo o Brasil (ENDEAVOR, 2019). Já a OPEE (Orientação Profissional, Empregabilidade e Empreendedorismo) é outra parceira da Conaje na realização do projeto Empreendedores do Futuro, que busca implantar, na educação, atividades e ações

que promovam a reflexão sobre a temática do Empreendedorismo no contexto dos alunos, por meio do desenvolvimento de competências e habilidades para o mundo profissional, oferecendo ainda noções sobre o senso de liderança através do material pedagógico do projeto.

Ao descrever as propostas e parceiros da Conaje, é possível identificar os interesses de classe para com as políticas de juventude. Com base nesse legado, a Confederação participa do Conjuve desde a sua criação para disputar propostas de ações, principalmente na preparação da juventude (da classe trabalhadora) para o mercado de trabalho e o empreendedorismo, como encaminhamentos para a inserção do jovem na vida produtiva. O conceito de empreendedorismo nos é esclarecido por Santos (2017), quando afirma que:

Ou seja, o empreendedorismo representa uma estratégia de legitimação para os sujeitos hegemônicos do capitalismo contemporâneo, suas manobras ideológicas consistem em deslocar as reais contradições da sociedade, afirmando que o antagonismo entre capital e trabalho desapareceu e que, nesta nova realidade, o conhecimento é fator de ascensão econômica e social, cabendo aos governos incorporar a lógica do mundo dos negócios e incentivar os sujeitos empreendedores (SANTOS, 2017, p. 76).

O apoio às políticas públicas de juventude foi defendido a partir de uma ação conjunta para difundir uma cultura de empreendedorismo no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Para Marcelo Azevedo, vice-presidente da Conaje, em

2007, o empreendedorismo pode estar inserido em todos os setores, seja público ou privado: “Queremos ampliar esse conceito de empreendedorismo entre os jovens para fazer a economia do país crescer de forma sustentável. Nesse contexto, podemos ajudar bastante na profissionalização do ProJovem” (BRASIL, 2007a). De acordo com Beto Cury, então secretário nacional de Juventude do governo Lula, a inclusão de uma visão empreendedora nos arcos profissionais do ProJovem poderia ser importante para ampliar a qualificação profissional oferecida no Programa:

A questão do emprego juvenil e da elevação da escolaridade são prioridades desse segundo mandato. É um contingente de 4,5 milhões de jovens brasileiros, entre 15 e 29 anos, desempregados e sem carteira assinada, fora da escola e sem concluir o ensino fundamental. O governo está investindo em programas de juventude para garantir a inclusão desses jovens por meio da qualificação profissional e da escolaridade. Nessa linha, é essencial discutirmos ações de empreendedorismo e cooperativismo (BRASIL, 2007a, p.1).

Desde 2004, outros representantes do setor privado, membros da rede GIFE⁴, que possuem atuação voltada para a juventude,

⁴ GIFE é a associação dos investidores sociais do Brasil, sejam eles institutos, fundações ou empresas. Nascido como grupo informal em 1989, o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE) foi instituído como organização sem fins lucrativos, em 1995. Desde então, tornou-se referência no país no tema do investimento social privado. São atualmente 137 associados que, somados, investem por volta de R\$ 2,9 bilhões por ano na área social, operando projetos próprios ou viabilizando os de terceiros. Disponível em: <<https://gife.org.br/quem-somos-gife/>>. Acesso em: 07 out. 2018.

tanto no campo político quanto por meio de parcerias em projetos. Na época, passaram a fazer parte da ACJ Brasil os bancos JP Morgan e ABN Amro, as fundações Abrinq, BankBoston, Iochpe, Kellogg, Lemann e Orsa e os institutos Ayrton Senna, C&A, Credicard, Gtech, Hedging-Griffo, Pão de Açúcar, Unibanco e Votorantim. Posteriormente, outras instituições empresariais.

Além disso, a presidente do Instituto Aliança com o Adolescente, Neylar Lins, lembra que, há muito tempo, as empresas sabem que, para influenciar determinadas questões que facilitem ou estimulem seus negócios, precisam fazer *lobby*: “Todas as grandes empresas têm lobistas dentro do governo, trazendo informações, defendendo seus interesses e influenciando. Na área social é a mesma coisa” (HERCULANO, 2018, online). Ou seja, a partir do investimento público na juventude, principalmente a partir de 2005, os lobistas dessas grandes empresas tentaram influenciar as decisões do governo federal para a elaboração e financiamento das políticas. Essa prática lobista circulava dentro dos ministérios, grupos de trabalho, seminários, conselhos de direitos, conferências e financiamentos privados para ONGs e especialistas membros do Conjuve.

A GAJ/GIFE assume uma cadeira no Conjuve, convidada pela SNJ, numa estratégia do governo Lula de conciliar interesses de classes e construir consensos em torno das políticas para a juventude. Para Fernando Rossetti, diretor executivo do GIFE na época, era preciso estabelecer relações com o governo federal para influenciar nas políticas: “O objetivo da rede GIFE ao aceitar o assento no conselho é estabelecer um espaço de diálogo com o governo e ser reconhecido como um grupo que produz conhecimento socialmente útil e que pode

contribuir para a qualificação das políticas públicas” (MANGINI, 2005, s. p.).

A reunião entre o GIFE e a Secretaria Nacional de Juventude foi o primeiro desdobramento das discussões iniciadas no *Diálogo de Fundações, Redes Sociais, Governo Brasileiro e Banco Mundial*, evento realizado em Brasília (DF), de 21 a 25 de fevereiro, no ano de 2005⁵. Um dos maiores grupos de trabalho que se formou nesse encontro foi o que se reuniu para discutir o tema Juventude: Educação, Empregabilidade, Empreendedorismo e Trabalho Comunitário/Voluntariado.

Nessa reunião, dois pontos foram identificados pelo grupo: empreendedorismo e a rede de empregos para jovens, isso porque vários associados do GIFE trabalham com esse foco. A abrangência dos projetos dos 11 (onze) associados (40% do Grupo de Afinidade de Juventude do GIFE), que participaram da reunião com as representantes do governo, beneficiava mais de 200 mil jovens, com uma concentração maior na faixa etária de 15 a 24 anos.

O contraponto nessa correlação de forças corresponde à atuação do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, criado em 1998, a partir da realização do I Festival Nacional de Juventude, em Brasília. Entre suas propostas, estava a de discutir e aprofundar a

⁵ Evento organizado pela *European Foundation Centre* (EFC, organização com mais de 200 instituições membros. Sua atuação é baseada no estímulo das ações através da filantropia, com sede em Bruxelas na Bélgica. Existem mais de 114 mil fundações com doação de mais de 53 bilhões de euros por ano, segundo dados de 2014) e o Banco Mundial, em parceria com o GIFE, Fundação Avina, Fundação Banco do Brasil, Grupo de Trabalho Amazônico, Articulação no Semiárido Brasileiro.

elaboração e execução de políticas de juventude.

Um dos objetivos do Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis era reunir, em um espaço plural e autônomo, as diversas juventudes brasileiras, articular suas lutas e bandeiras. O Fórum contou com a adesão de ONGs e de entidades dos movimentos estudantis, juventudes partidárias, movimento *hip-hop* e setores juvenis de movimentos sociais.

Foi durante a 1ª Conferência Nacional da Juventude, ocorrida em 2008, que o coordenador do Coletivo Nacional de Juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Adriano Soares da Silva, fortaleceu a relação interna dos movimentos sociais e agregou diversos setores:

A CUT foi convidada para coordenar o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, um espaço de articulação dos mais diversos movimentos do país, como ecossocialistas, negros e negras, indígenas, culturais, esportistas, estudantis e, agora, também sindicais. Além disso, conseguimos aprovar bandeiras históricas importantes como a campanha da redução da jornada, sem redução de salário e o acesso à terra e reforma agrária, o que demonstra nossa força e representatividade (CUT, 2018, p.1).

A Carta, assinada em conjunto com os movimentos sociais, reconheceu o marco na mudança da relação entre o poder público e a sociedade, que existia pela vontade expressa do governo Luiz Inácio Lula da Silva em priorizar a participação popular, atendendo a uma demanda histórica dos movimentos de juventude. Porém, para além das reivindicações nascidas desses debates amplos e democráticos, houve a necessidade

de ações práticas que alterassem a realidade das juventudes brasileiras. Uma das bandeiras levantadas nesse evento foi a criação de um novo modelo de educação, inclusivo, participativo e democrático, em que não houvesse espaço para homofobia, lesbofobia, transfobia, racismo, sexismo, antropocentrismo ou machismo. Enfim, defendia-se uma educação pela diversidade com equidade.

Além disso, levando-se em consideração que as demandas da juventude são indissociáveis, outras propostas foram apresentadas: a criminalização da homofobia; a legalização da união civil entre casais LGBT; o fim do extermínio programado das juventudes negras; a implementação e aperfeiçoamento da Lei de Execuções Penais; a rejeição da diminuição da maioria penal; o desenvolvimento de ações afirmativas em todos os setores da sociedade; a garantia do direito do jovem com deficiência à acessibilidade e à participação nos ambientes em geral; a redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; a geração de empregos; a efetivação da reforma agrária; efetivação da educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade, implementando suas diretrizes operacionais; a garantia do repasse de 10% do PIB para a educação; a criação de um programa nacional de juventude e meio-ambiente; a aprovação do Estatuto Indígena; legalização do aborto e a real implementação da Lei Maria da Penha. O Quadro 1 apresenta comparativo para explicitar as diferenças entre o setor empresarial e os movimentos e organizações juvenis:

Quadro 1. Comparativo entre os empresários e o Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis

	Conaje + GAJ/GIFE	Fórum de Movimentos e Organizações Juvenis
Redes de articulação	Jovens empresários ACJ Brasil, JP Morgan, ABN Amro, Abrinq, BankBoston, Iochpe, Kellogg, Lemann, Orsa, Ayrton Senna, C&A, Credicard, Gtech, Hedging-Griffo, Pão de Açúcar, Unibanco e Votorantim.	REJUMA, CUT, MST, CONTAG, MMM, Juventude Alternativa Terrazul; Rede Sou de Atitude; Redes Juventudes; Pastoral da Juventude; Movimentos Indígenas; movimento estudantil; Movimento Hip Hop Organizado Brasileiro; Centro de Estudos Socioambientais – Pangea; Movimento GLBT; Fórum Nacional de Juventude Negra.
Propostas para a juventude	Empreendedorismo; Cooperativismo; Qualificação profissional; Voluntariado;	Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; geração de empregos; efetivação da reforma agrária; efetivar a educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade; garantir o repasse de 10% do PIB para a educação.

Fonte: Elaborado com base em Brasil (2009).

Como é possível perceber, há nos setores empresariais uma pauta voltada à inserção dos jovens em vulnerabilidade social no mercado de trabalho, na perspectiva de qualificar essa mão de obra para inserção no setor produtivo. Em contrapartida, os movimentos e organizações juvenis disputavam uma agenda de ampliação dos direitos para a juventude. As reivindicações da juventude, tanto no campo quanto na cidade, eram diversas: igualdade étnica, inclusão de pessoas com necessidades especiais, a livre orientação sexual, maiores investimentos na educação, maior atenção às questões ambientais e a proteção das mulheres vítimas de violência, entre outras.

As diferenças entre propostas são bastante evidentes quando comparado o campo de formação para o trabalho. Pelo

lado dos empresários, o empreendedorismo, cooperativismo e qualificação profissional tinham a finalidade principal de inserir o jovem no mercado de trabalho, adequando-os aos novos padrões de produtividade e competitividade, sem questionar as condições e direitos trabalhistas. Diferentemente, o Fórum de Movimentos e Organizações Juvenis fazia a defesa da redução da jornada de trabalho, sem redução salarial; a geração de empregos para os jovens no meio urbano e a efetivação da reforma agrária, a fim de estimular a juventude a permanecer no meio rural. Tais diferenças marcaram o debate para a formulação de políticas de juventude no Brasil, o qual envolveu discussões, conferências, reivindicações nas ruas, projetos de lei nos parlamentos, pelos recursos dos orçamentos nos governos, com envolvimento de vários setores sociais. Nessa perspectiva, a elaboração do ProJovem Urbano passou por parcerias entre os sujeitos públicos e privados.

As parcerias entre os sujeitos públicos e privados na implementação do ProJovem Urbano

Mediante a estratégia do novo-desenvolvimentismo, pautada na conciliação de interesses das classes nas formulações das políticas de juventude, durante os governos petistas (2003-2014) foram firmados convênios com as organizações internacionais para o acompanhamento institucional da SNJ, para o monitoramento das políticas públicas de juventude e para o assessoramento das ações do Conjuve.

Nesse sentido, a SNJ firmou parceria com o Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD)⁶, através do Projeto de Cooperação Técnica ao ProJovem, no valor de U\$ 15.609.623,82, no período entre os anos de 2005 a 2011⁷, atuando diretamente na assessoria do ProJovem e, posteriormente, no ProJovem Urbano. No Relatório de Atividades do ProJovem 2005/2007 (BRASIL, 2007b), assinado pela SNJ, consta as atribuições do PNUD no Programa:

PNUD - O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem desenvolvendo projetos ao longo de quatro décadas no Brasil, especialmente nas áreas de gestão, treinamento e controle social. A parceria com o ProJovem visa a fortalecer e aprimorar as políticas voltadas para a juventude. Presente em mais de 150 países, o PNUD facilita a troca de experiências e informações internacionais sobre políticas, programas e projetos de inclusão social e o aproveitamento do conhecimento especializado das diferentes agências do sistema mantido pelas Nações Unidas. Com sua experiência, também contribui para gestão eficiente de recursos do Programa, adotando procedimentos e instrumentos ágeis e transparentes. A parceria permitiu, ainda, o desenho e implementação de um sistema informatizado de

gestão compartilhada, a capacitação e a estruturação de equipes do Programa, cursos e seminários de capacitação para educadores e coordenadores, elaboração e impressão e distribuição de materiais instrucionais e técnico-pedagógicos, além da avaliação e disseminação do projeto de apoio ao ProJovem (BRASIL, 2007b, p. 24).

Com o foco de análise na parceria firmada com o PNUD, além da troca de experiências e informações internacionais, houve a contribuição dessa organização na gestão de recursos financeiros, na informatização do sistema, na capacitação dos educadores e coordenadores, na elaboração de materiais e na avaliação do projeto de apoio ao ProJovem.

O relatório também descreve as atividades referentes ao Acordo de Cooperação Técnica com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essas atividades envolveriam a:

[...] elaboração, impressão e distribuição da Revista e Mural Estação Juventude, a formação e o fomento de comunidades de aprendizagem, trabalho e de convivência social; e a avaliação e disseminação do projeto de apoio ao ProJovem. [...] Visando a implantação do ProJovem Urbano, durante o ano de 2008 [...] o Projeto BRA/05/021 contratou consultores, na modalidade produto, especialistas em Organização e Métodos, para realizar levantamento de dados referentes ao Programa, especificamente com relação às funções e atribuições da Coordenação Nacional, assim como para efetuar análise das características levantadas em

⁶ PNUD, que foi fundado em 1965, com a finalidade de promover o desenvolvimento e eliminar a pobreza no mundo. A partir do ano 2000, sua principal meta foi monitorar os *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*, definidos pelos países membros da ONU com prazo até o ano de 2015. Entre os objetivos, estão a “a redução pela metade da pobreza e da fome” e “a universalização do acesso à educação primária” (ODM BRASIL, 2017).

⁷ Cotação do dólar em 2011: R\$ 1,6502.

relação ao ambiente interno e às atribuições, diagnóstico da situação atual, identificando aspectos referentes ao seu clima e à sua estrutura organizacional, bem como os processos e os métodos atuais de trabalho, realização de entrevistas com os gestores, de gravação das entrevistas e análise crítica dos dados levantados, análise documental de modo a definir os novos processos internos a serem adotados, e elaborar relatório contendo plano de proposta de melhoria, com sugestões de mudanças nos processos internos. Essa ação foi de suma importância, haja vista a expansão do ProJovem a partir de 2008 e a necessidade de melhor adequar os processos internos à nova realidade (BRASIL, 2008b, p. 10).

A partir dessas relações entre o governo federal e o PNUD no acompanhamento do ProJovem e, posteriormente, com as mudanças no ProJovem Campo, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente e ProJovem Urbano, foi na assessoria diretamente ligada ao ProJovem Urbano que se materializou o conteúdo da proposta no arranjo institucional das políticas de juventude. Em 2011, a Analista de Projetos do PNUD, Érica Machado, descreveu o momento da parceria:

O ProJovem Urbano tem se mostrado um instrumento essencial de comunicação com o jovem brasileiro. É evidente que precisamos aprimorá-lo em alguns pontos, mas estamos confiantes de que isso será feito ao longo dos próximos anos com a experiência acumulada em sua implementação (ONUBR, 2018, on-line).

Nesse mesmo ano, Gilberto Carvalho (Secretário-Geral da Presidência da República) e Fernando Haddad (Ministro da Educação) assinam o documento, “Nota à imprensa – ProJovem Urbano” será incorporado pelo Ministério da Educação (BRASIL, 2017).

A transferência da coordenação do ProJovem Urbano para o MEC, após seis anos de experiência exitosa, visa ultrapassar sua etapa de implantação para dar-lhe a condição de política pública vinculada à estrutura do sistema educacional brasileiro. Com isso, sua potencialidade já demonstrada poderá ser plenamente realizada, ampliando expressivamente sua abrangência e aperfeiçoando sua execução (BRASIL, 2017, on-line).

Para as edições do ProJovem Urbano no período de 2012 até 2015, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), efetivou a contratação de consultores na modalidade produto, no âmbito dos projetos de cooperação técnica com organismos internacionais, através da parceria firmada com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (BRASIL, 2014).

Os objetivos das consultorias eram o acompanhamento e controle dos processos de formação e diagnóstico dos gestores, formadores, educadores e estudantes; a análise dos conteúdos e metodologias propostos no currículo, e, ainda, assessoria de planejamento e aprimoramento das ações desenvolvidas do Programa. Assim, por meio de um ideário de combate à pobreza, essas instituições internacionais divulgam

conhecimentos sobre educação, disseminam boas práticas, na perspectiva de interferir com doutrinas e orientações nas políticas. Conforme Lima (2012, p. 138): “[...] a advocacia de doutrinas e orientações políticas que circulam sem precedentes, objetos de diplomacia e das relações entre Estados, ou da negociação de empréstimos, da cooperação internacional, da assistência técnica”. De acordo com a análise de Bernardi (2016), sobre a proposta das agências internacionais para os países da América Latina e África:

Em todo o texto, a preocupação com o descontrole da miséria e com a constituição de educação ‘por toda a vida’, inclusive fora da escola, foi destacada e exprime um novo olhar sobre a educação, propondo outros espaços para que ela aconteça, responsabilizando o indivíduo por buscá-la. O foco está na aprendizagem de condições mínimas de socialização do cidadão. André Silva Martins (2009, p. 22) defende que existe uma nova pedagogia da hegemonia que congrega em seu interior ‘um intenso movimento das forças do capital em produzir uma nova educação política com o objetivo de difundir referências simbólicas e materiais para consolidar um padrão de sociabilidade afinado com as necessidades do capitalismo contemporâneo’ (BERNARDI, 2016, p. 79-80).

Ou seja, a análise da autora reforça o conteúdo da proposta dos organismos internacionais em defender políticas de educação voltadas para a aprendizagem do jovem da classe trabalhadora, com o objetivo de atingir as condições mínimas de

socialização, de modo a não se tornar um problema social. Nesse sentido, em vez de assegurar os direitos para o jovem, essa proposta deveria conter a juventude dentro dos limites que o capitalismo impõe para a maioria do segmento juvenil.

Outro elemento a ser considerado no Programa é a possibilidade de firmar convênios ou contratos entre os entes executores (estados, Distrito Federal e municípios) e as entidades privadas sem fins lucrativos. Foram constituídas em vários locais as Parcerias Públicos-Privadas (PPPs), por meio de processos licitatórios, nos quais o poder público transferiu a execução do ProJovem Urbano para a iniciativa privada. Na interpretação de Santos e Rodrigues (2013, p. 294): “Essa mudança no papel do Estado durante o Novo-Desenvolvimentismo se consolida, entre outras formas, por meio de repasse de verbas públicas para o setor privado nas chamadas Parcerias Públicos-Privadas – PPP”.

As parcerias voltadas à qualificação profissional do ProJovem Urbano também poderiam ocorrer entre os entes executores do Programa e componentes do Sistema S (principalmente o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)). Sobre o Sistema S, é importante destacar o estudo de Rodrigues (2018), que caracteriza o papel histórico na formação profissional da classe trabalhadora e na relação com os governos através das parcerias envolvendo os recursos públicos. Segundo o autor:

Ao longo de sua existência, o Sistema S passou por várias alterações e adequações, desdobrando-se em outras entidades para acompanhar as mudanças das conjunturas históricas

e do seu próprio desenvolvimento como organização social (MANFREDI, 2002; CUNHA, 2005). Esse Sistema chegou aos dias atuais como 'o maior sistema brasileiro de atuação no campo da educação profissional em seus diversos níveis: qualificação básica, educação técnica e tecnológica' (GRABOWSKI, 2010, p. 105). A dimensão atual destas instituições no cenário da educação profissional brasileira está associada diretamente ao fato de ocorrer um ingresso fixo e permanente de recursos públicos, 'provenientes das contribuições compulsórias incidentes sobre a folha de pagamento das empresas de determinados setores' (MANFREDI, 2002, p. 193) (RODRIGUES, 2018, p. 405).

A criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)⁸, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos técnicos e de formação inicial e continuada em todo o País, possibilitou, por meio do Sistema S, o acesso dos estudantes do ProJovem Urbano ao Pronatec. Conforme consta nesse relatório da SNJ:

⁸ O Pronatec é composto por cinco iniciativas: a Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a Bolsa-Formação, a Rede e-Tec Brasil, o Acordo de Gratuidade com o Sistema S e o Brasil Profissionalizado. São oferecidos cursos técnicos de nível médio, que possuem carga horária mínima de 800 horas, e cursos de formação inicial e continuada (FIC), com no mínimo 160 horas de carga horária. Até o ano de 2014, o Programa já atendeu mais de 8,1 milhões de matrículas em todas as suas iniciativas, superando a meta inicialmente estabelecida de 8 milhões de vagas a serem ofertadas. Somente em 2014, foram realizadas mais de 3,2 milhões de matrículas, entre cursos técnicos e cursos FIC (BRASIL, 2015a, p. 91).

Uma iniciativa de grande relevância do Pronatec é a Bolsa-Formação, por meio da qual são ofertados cursos técnicos e cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, utilizando as estruturas já existentes nas redes de educação profissional e tecnológica. Por meio da Bolsa-Formação Trabalhador, no âmbito da qual são ofertados cursos FIC ou qualificação profissional, foram 2,9 milhões de matrículas de 2011 a 2014. Já por meio da Bolsa-Formação Estudante, que oferta cursos técnicos de nível médio, foram registradas 1,2 milhão de matrículas, totalizando 4,1 milhões de matrículas no período. No âmbito da Bolsa-Formação do Pronatec foram oferecidas vagas para jovens que participam do ProJovem Urbano, sendo que um total de 1.980 vagas foram pactuadas e 1.263 executadas no ano de 2014 (BRASIL, 2015a, p. 91).

Como vimos, além do PNUD e da UNESCO, por meio do acompanhamento, as políticas propostas de qualificação profissional com o foco no empreendedorismo e do Sistema S, através do Pronatec, para a qualificação da mão de obra juvenil às demandas do mercado de trabalho. Além das mudanças no arranjo institucional do ProJovem Urbano, não foram capazes de desenvolver uma política universal e estruturada para a maioria da população jovem perante as necessidades de elevação da escolaridade, inserção no mundo do trabalho e exercício de seus direitos sociais.

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo analisar as relações entre o público e o privado na elaboração das políticas de juventude no Brasil, particularmente o ProJovem Urbano entre 2008 e 2014. Desenvolvemos a ideia de que nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, com a estratégia neodesenvolvimentista de conciliar os interesses das classes sociais, muitas vezes antagônicas, nas formulações das políticas de juventude, ocorreram parcerias com os organismos internacionais (PNUD e UNESCO) para a formulação das políticas públicas de juventude. Sob a denominação comum de neodesenvolvimentismo acoberta-se uma controvérsia que parece estar longe de construir um consenso (MERCADANTE, 2010; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010).

Sendo assim, percebe-se o contexto da elaboração das políticas públicas de juventude tensionada pelas concepções do papel do jovem na sociedade. De um lado, os organismos internacionais e instituições privadas, como a Confederação Nacional de Jovens Empresariais (CONAJE) e o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), que desenham programas de empreendedorismo e aceleração para o mercado de trabalho, transformando a maioria em mão de obra barata. Em contraponto, de outro lado, identificou-se a atuação articulada pelo Fórum Nacional de Movimentos e Organizações Juvenis, em defesa da compreensão do jovem como sujeito de direitos.

A análise do ProJovem Urbano nos permitiu constatar que o Programa prioriza a qualificação profissional e a aceleração da aprendizagem para jovens de baixa renda que não tiveram acesso à educação de qualidade, assumindo o contorno de ação

emergencial e compensatória. Em uma análise dialética, é importante mencionar os limites da qualificação profissional ofertada por meio da parceria público-privada, bem como os aspectos didático-pedagógicos do processo de aceleração da aprendizagem, amplamente difundido pelas entidades do terceiro setor e as consequências para a democratização da educação pública.

Também foi possível constatar que vários sujeitos participaram da implementação do Programa. Além do PNUD e da UNESCO, o Sistema S e instituições privadas sem fins lucrativos se revelaram interessados na qualificação profissional dos jovens participantes, por meio de convênios com estados e municípios. Não podemos ainda deixar de considerar que estamos tratando de projetos societários em disputa, que não necessariamente pressupõem uma formação profissional emancipatória, principalmente quando aprofunda-se o debate em torno da relação público-privada na educação. Porém, apesar desses limites, diante das dimensões da pobreza e das desigualdades de renda no País, o ProJovem Urbano pode ser considerado como um dos programas de inclusão social de maior impacto na distribuição de renda e na redução das desigualdades sociais.

Referências

ABRAMO, H.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

BERNARDI, L. M.. **Implicações do Plano de Ações Articuladas na Democratização da Gestão da Educação**. 2016. 256 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1990. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005. Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional de Juventude; altera as Leis ns. 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11129.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. Presidência da República. **Política Nacional de Juventude**. Brasília: Presidência da República, 2005b.

BRASIL. Secretaria de Governo. **Jovens empresários reafirmam apoio a políticas públicas de juventude**. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.secretariadegoverno.gov.br/noticias/2007/05/not_22052007>. Acesso em: 10 abr. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório de Atividades do ProJovem – 2005/2007**. Brasília, 2007b. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/bitstream/192/113/1/PROJOVEM_relatorio_atividade_2007.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Lei nº 11.692, de 13 de junho de 2008. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nos 9.608, de 18

de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2008a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório de Atividades do ProJovem Urbano - 2008**. Brasília, 2008b. Disponível em: <http://juventude.gov.br/jspui/bitstream/192/110/1/PROJOVEM_relatorio_atividade_2008.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório de Gestão - 2009**. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/relatorio-de-gestao-snj-2009>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Decreto nº 7.649, de 21 de dezembro de 2011. Altera o Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7649.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Instrução normativa nº 12, de 15 de março de 2013. Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010. Altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os

princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2013b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12852.htm>. Acesso em: 15 ago. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão - Exercício 2013**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15993-relatorio-gestao-exercicio-2013-secadi-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 11 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão 2014**. Brasília, 2015a. Disponível em: <<https://contas.tcu.gov.br/etcu/ObterDocumentoSisdoc?seAbrirDocNoBrowser=true&codArqCatalogado=9551670>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Relatório de Gestão – Exercício 2014**. Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://www.secretariadegoverno.gov.br/acesso-a-informacao/auditorias/secretaria-de-controle-interno/auditorias-anuais-de-contas/outras/snj/relatorio-de-gestao-snj-2014.pdf/view>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Relatório de Gestão - Exercício 2015**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=72711-rg-se-mec-2015-2-pdf&category_slug=setembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05 dez. 2017.

BRASIL. Secretaria Geral. Ministério da Educação. **Nota à imprensa – ProJovem Urbano**. Brasília, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8403-projovem-urbano-nota-a-imprensa>. Acesso em: 15 dez. 2017.

projovem-urbano-nota-300611-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 15 dez. 2017.

BRESSER PEREIRA, L. C. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

BRESSER PEREIRA, L. C.; GALA, P.. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento e o novo desenvolvimentismo. **Revista da CEPAL**, Santiago do Chile, n. 100. jan. 2010.

CASTELO-BRANCO, R.. O novo desenvolvimentismo e a decadência do estruturalismo latino-americano. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 01, p. 71-90, 2009.

CONAJE. **A Conaje é uma entidade que atua com base nos pilares de representatividade, inspiração, integração, gestão e desenvolvimento**. Brasília, 2018. Disponível em: <<http://conaje.com.br/institucional/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

CORSEUIL, C. H. L.; POLOPONSKY, K.; FRANCA, M. A. P.. Uma interpretação para a forte aceleração da taxa de desemprego entre os jovens. **Mercado de Trabalho**, n. 64, p. 64-72, abr. 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8386/1/bmt_64_interpreta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2019.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. **Conferência Nacional da Juventude**. 05 maio 2008. Disponível em: <<https://www.cut.org.br/noticias/conferencia-nacional-da-juventude-353e>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ENDEAVOR. **Semana Global do Empreendedorismo**: o que é e como participar. 2018. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/sobre-a-endeavor/semana-global>>. Acesso em: 15 dez. 2017.

empreendedorismo-o-que-e-e-como-participar/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

ENDEAVOR. **Somos uma organização social sem fins lucrativos**. 2019. Disponível em: <<https://endeavor.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 17 jun. 2019.

GRAMSCI, A.. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, D.. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HERCULANO, M.. Investidores sociais privados buscam mais articulação e participação nas políticas públicas para jovens. **GIFE**, São Paulo, 16 ago. 2014. Disponível em: <<https://gife.org.br/investidores-sociais-privados-buscam-mais-articulacao-e-participacao-nas-politicas-publicas-para-jovens/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

LIMA, L. C. **Aprender para ganhar, conhecer para competir**: sobre a subordinação da educação na 'sociedade do conhecimento'. São Paulo: Cortez, 2012.

LUKÁCS, G.. O particular à luz do materialismo dialético. In: KOSIK, K.. **Introdução a uma estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MANGINI, J.. Governo Federal convida GIFE a assumir assento no Conselho Nacional de Juventude. **GIFE**, São Paulo, 21 mar. 2005. Disponível em: <<https://gife.org.br/governo-federal-convida-gife-a-assumir-assento-no-conselho-nacional-de-juventude/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

MERCADANTE, A. **As Bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil**: análise do governo Lula (2003-2010). 2010. 537 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade de Campinas, Campinas, 2010.

MÉSZÁROS, I.. **Crise Estrutural Necessita Mudança Estrutural**. Conferência de abertura do II Encontro de San Lazaro, 2011.

MONTAÑO, C.. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

ODM Brasil. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

ONUBR. Organização Nações Unidas Brasil. **Brasil e PNUD qualificam mais de 450 mil jovens para o mercado de trabalho**. 01 ago. 2011. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/brasil-e-pnud-qualificam-mais-de-450-mil-jovens-para-o-mercado-de-trabalho/>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

PERONI, V. M. V.. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação**. São Paulo: Oikos, 2015.

RODRIGUES, R. de O.. Política de fronteira: o Pronatec como espaço de disputa entre o público e o privado. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 400-419, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/rodrigues.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2018.

SANTOS, M. I. dos. **A proposta de educação para o empreendedorismo do Instituto Empreender Endeavor**: um estudo sobre parceria público-privada. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, M. I. dos; RODRIGUES, R. de O.. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego. In: PERONI, V. M. V.

Redefinições das Fronteiras entre o Público

e o Privado: implicações para a democratização da educação. Brasília: Liber Livros, 2013. p. 290-307.

THOMPSON, E. P.. **A miséria da teoria ou um planetário de erros:** uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P.. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P.. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Campinas: UNICAMP, 2012.

VIEIRA, E.. **Os direitos e a política social.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

Recebido em 20/06/2019

Aprovado em 06/11/2019